

## Uma distribuidora de eletricidade maltratada

*SALES, Claudio; MONTEIRO, Eduardo Muller. “Uma distribuidora de eletricidade maltratada”. O Estado de São Paulo. São Paulo, 17 de dezembro de 2019*

Como explicar ao cidadão comum a complexidade envolvida na gestão de uma distribuidora de eletricidade sem entrar em conceitos técnicos e complexos? Como evidenciar que as ações tomadas e os investimentos feitos – ou não feitos – hoje só serão percebidos, em alguns casos, depois de anos?

O setor de distribuição de eletricidade convive com aquele conceito próprio de operadores de serviços públicos essenciais segundo o qual “quando tudo está bem, ninguém percebe, mas quando algo de errado acontece todos reclamam”. E não é difícil de entender por que reclamam: qualquer interrupção de eletricidade é indesejável, mas, ao mesmo tempo, poucos entendem a intrincada rede de ativos e processos que precisam operar harmonicamente, a cada segundo, para manter a operação perfeita.

É por isso que existem os chamados indicadores de continuidade do serviço, estabelecidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), que regula o setor, para definir os limites de interrupções do serviço que cada distribuidora precisa respeitar: tanto a duração quanto o número de interrupções têm limites objetivos, e quando tais limites são ultrapassados as empresas são punidas com perda de tarifa. Com o quadro acima em mente, os ataques do governador e da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás à distribuidora local (Enel Distribuição Goiás) não parecem ser os mais construtivos para a população que tais atores políticos afirmam querer defender.

É bom lembrar que a distribuidora goiana – privatizada em novembro de 2016 por R\$ 2,2 bilhões, com um ágio de 28% que engordou os cofres goianos – foi durante décadas vítima da péssima gestão estatal, que levou ao sucateamento da rede e à última posição da empresa no ranking nacional de qualidade de serviço.

Enquanto na fase estatal o governo investia R\$ 220 milhões por ano – insuficientes para manter a reposição e a expansão adequadas dos ativos –, a nova gestão privada tem investido R\$ 800 milhões por ano, ou mais que o triplo. Esse plano acelerado de investimentos tem sido alocado em várias frentes, incluindo 17 novas subestações de grande porte, ampliação e modernização de 130 outras subestações, incorporação de 580 eletricitistas, aquisição de 300 veículos e uso de três helicópteros.

Os esforços acima vêm impactando de forma positiva os índices de qualidade. Numa janela mais curta e mais recente de medição, e mesmo considerando um mês intenso em chuvas e raios, o número de clientes desligados por mais de 24 horas caiu de cerca de 7 mil, no dia 12 de novembro, para cerca de mil, no dia 21 de novembro. Já quando são observados indicadores mais globais, a empresa já passou a cumprir as metas regulatórias de duração e quantidade de interrupções.

As declarações de viés político-ideológico apenas geram ruído e desperdício de

tempo e de recursos, inclusive recursos públicos escassos que poderiam estar sendo direcionados para resolver o problema concreto dos consumidores goianos.

O governo de Goiás, que atravessa uma séria crise fiscal, deveria dar sinais de respeito aos contratos e valorizar os investimentos privados, e não atrapalhar aqueles que estão aportando bilhões de reais e gerando milhares de empregos no Estado.

A reversão do quadro herdado de décadas de inépcia estatal requer tempo e muito trabalho sério. Se os políticos goianos realmente estiverem preocupados com o interesse público, chegou a hora de abandonarem suas bússolas eleitorais e, em benefício dos consumidores, deixarem a empresa cumprir seu contrato de concessão e executar seu longo trabalho de recuperação da antiga e maltratada Celg.

**Claudio Sales e Eduardo Monteiro são, respectivamente, presidente e diretor executivo do Instituto Acende Brasil.**